"Piketty transformou nosso discurso econômico; jamais voltaremos a falar sobre renda e desigualdade da mesma maneira."

PAUL KRUGMAN (PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA), *THE NEW YORK TIMES*

"Concordo com as principais conclusões de Piketty. Espero que seu trabalho estimule mais pessoas competentes a estudar a desigualdade de riqueza e de renda. Quanto mais entendermos das causas e curas, melhor."

BILL GATES, *THE GATES NOTES*

"Piketty escreve com a elegância com que a atriz Gwyneth Paltrow se veste. *O capital no século XXI* é um monumento de pesquisa e elegância."

ELIO GASPARI, *FOLHA DE S.PAULO* E *O GLOBO*

"O rock star da economia. *O capital no século XXI* é uma sensação editorial."

THE GUARDIAN

"Maior do que Marx. Nenhum outro trabalho sólido sobre economia chegou tão perto de ganhar a condição de ícone pop."

THE ECONOMIST

ISBN 978-85-8057-581-1

THOMAS PIKETTY

O CAPITAL

no século XXI

intrínseca

O CAPITAL

no século XXI

THOMAS PIKETTY

TRADUÇÃO DE MONICA BAUMGARTEN DE BOLLE

intrínseca

nescu, Élodie Morival, Nancy Qian, Dorothée Rouzet, Stefanie Stantcheva, Juliana Londono Velez, Guillaume Saint-Jacques, Christoph Schinke, Aurélie Sotura, Mathieu Valdenaire, Gabriel Zucman. Em particular, sem a eficiência, o rigor e o talento de Facundo Alvaredo como coordenador, a World Top Incomes Database, à qual me refiro com frequência nesta obra, não existiria. Sem o entusiasmo e a meticulosidade de Camille Landais, nosso projeto colaborativo sobre a "revolução fiscal" jamais teria surgido. Sem a minuciosidade e a impressionante capacidade de trabalho de Gabriel Zucman, eu não teria concluído a pesquisa sobre a evolução histórica da relação capital/renda nos países ricos, que desempenha um papel central neste livro.

Sou grato também às instituições que tornaram este projeto possível. Em primeiro lugar, a École des Hautes Études en Sciences Sociales, da qual sou diretor acadêmico desde 2000, assim como a École Normale Supérieure e todas as outras instituições fundadoras da École d'Économie de Paris, na qual leciono desde sua criação e da qual fui o primeiro diretor, de 2005 a 2007. Ao aceitarem unir forças e se tornar parceiras minoritárias de um projeto maior que a soma de seus interesses particulares, essas instituições permitiram a constituição de um bem público modesto, que, espero, contribuirá para o desenvolvimento de uma economia política multipolar no século XXI.

Por fim, agradeço a Juliette, Déborah e Hélène, minhas três filhas queridas, por todo o amor e a força que me dão. Agradeço a Julia, com quem compartilho a minha vida e que é também a minha melhor leitora: sua influência e seu apoio a cada etapa deste livro foram essenciais. Sem elas, eu não teria tido a energia necessária para levar a cabo este projeto.

Crescimento ec. moderno, + difusão do conhecimento possibilitaram q. o apocalipse previsto por Marx fosse evitado, mas não alteraram estruturas, mas apenas de funcionamento do capitalismo e de desigualdade.

Se taxa de remuneração do capital é superior ao crescimento da produção e da renda, desigualdades ocorrem. Isso ocorreu no XIX e parece estar ocorrendo no XXI.

Entretanto, existem meios pelos quais democracias podem recobrar controle, fazendo c/ q. interesses gerais da pop. prevaleçam sobre interesses privados

Introdução

"As distinções sociais só podem se fundamentar na utilidade comum." Artigo I, *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, França, 1789.

O q. se sabe sobre distribuit. da riqueza?

A distribuição da riqueza é uma das questões mais vivas e polêmicas da atualidade. Mas o que de fato sabemos sobre sua evolução no longo prazo? Será que a dinâmica da acumulação do capital privado conduz de modo inevitável a uma concentração cada vez maior da riqueza e do poder em poucas mãos, como acreditava Marx no século XIX? Ou será que as forças equilibradoras do crescimento, da concorrência e do progresso tecnológico levam espontaneamente a uma redução da desigualdade e a uma organização harmoniosa das classes nas fases avançadas do desenvolvimento, como pensava Simon Kuznets no século XX? O que realmente sabemos sobre a evolução da distribuição da renda e do patrimônio desde o século XVIII, e quais lições podemos tirar disso para o século XXI?

Essas são as perguntas que procuro responder neste livro. Desde já advirto: as respostas a que chego são imperfeitas e incompletas. No entanto, elas se baseiam em dados históricos e comparativos muito mais extensos que os de todas as pesquisas anteriores — abrangendo três séculos e mais de vinte países — e numa estrutura teórica inovadora que permite compreender melhor as tendências e os mecanismos em operação. O crescimento econômico moderno e a difusão do conhecimento tornaram possível evitar o apocalipse marxista, mas não modificaram as estruturas profundas do capital e da desigualdade — ou pelo menos não tanto quanto se imaginava nas décadas otimistas pós-Segunda Guerra Mundial. Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas. Existem, contudo, meios pelos quais a democracia pode retomar o controle do capitalismo e assegurar que o interesse geral da população tenha precedência sobre os interesses privados, preservando o grau de abertura econômica e repelindo retrocessos protecionistas e nacionalistas. Ao longo do livro, tento fazer proposições nesse sentido, e elas se apoiam nas lições tiradas dessas experiências históricas, cuja narrativa forma a trama principal deste texto.

Um debate sem fontes?

Durante muito tempo, os debates intelectuais e políticos sobre a distribuição da riqueza se alimentaram da abundância de preconceitos e da pobreza de fatos.

Por certo, incorreríamos em grave erro se subestimássemos a importância dos conhecimentos intuitivos que cada um desenvolve sobre a distribuição da renda e do patrimônio de sua época, mesmo na ausência de uma estrutura teórica e de análises estatísticas. O cinema e a literatura, em particular os romances do século XIX, trazem informações extremamente precisas sobre os padrões de vida e níveis de fortuna dos diferentes grupos sociais e revelam a estrutura profunda da desigualdade, o modo como a disparidade se justifica e influencia a vida de cada um. Os romances de Jane Austen e de Honoré de Balzac nos oferecem um retrato impressionante da distribuição da riqueza no Reino Unido e na França nos anos 1790-1830. Os dois escritores possuíam um conhecimento íntimo da hierarquia da riqueza em suas sociedades. Eles compreendiam os contornos ocultos da riqueza, conheciam os seus desdobramentos implacáveis na vida desses homens e mulheres, incluindo as consequências para os enlaces matrimoniais, as esperanças pessoais e os infortúnios. Austen, Balzac e outros escritores da época desnudaram os meandros da desigualdade com um poder evocativo e uma verossimilhança que nenhuma análise teórica ou estatística seria capaz de alcançar.

Na verdade, a questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a todo mundo, e é melhor que seja assim mesmo. A realidade concreta e orgânica da desigualdade é visível para todos os que a vivenciam e inspira, naturalmente, julgamentos políticos contundentes e contraditórios. Camponês ou nobre, operário ou dono de fábrica, servente ou banqueiro: cada um, a partir de seu ponto de vista peculiar e único, vê aspectos importantes sobre as condições de vida de uns e de outros, sobre as relações de poder e de dominação entre grupos sociais, e elabora sua própria concepção do que é justo e do que não é. Logo, sempre haverá uma dimensão subjetiva e psicológica na questão da distribuição da riqueza, e isso inevitavelmente leva a conflitos políticos que nenhuma análise que se pretenda científica saberia atenuar. A democracia jamais será suplantada pela república dos especialistas — o que é muito positivo.

Ainda assim, a questão da distribuição merece, também, ser estudada de modo sistemático e metódico. Na falta de fontes, métodos e conceitos bem definidos, é possível dizer qualquer coisa e, da mesma forma, o seu oposto. Para alguns, a desigualdade é sempre crescente e o mundo sempre mais injusto, por definição. Outros acreditam que a desigualdade é naturalmente decrescente ou que a harmonia se dá de maneira automática e que, em todo caso, não se deve fazer nada que arrisque perturbar tal equilíbrio feliz. Em meio a esse diálogo de surdos, em que cada lado justifica sua pró-

pria preguiça intelectual pela do lado contrário, existe um papel a ser desempenhado pela pesquisa sistemática e metódica — uma vez que não pode ser totalmente científica. A análise qualificada jamais acabará com os violentos conflitos políticos incitados pela desigualdade. A pesquisa na área das ciências sociais é e sempre será balbuciante e imperfeita. Ela não tem a pretensão de transformar a economia, a sociologia e a história em ciências exatas. Contudo, ao procurar com cuidado fatos e regularidades e ao analisar de modo sóbrio os mecanismos econômicos, sociais e políticos que os expliquem, ela pode tornar o debate democrático mais bem informado e dirigir a atenção para as questões corretas. A pesquisa metódica pode ajudar a redefinir os termos do debate, desmascarando noções preconcebidas ou falsas e sujeitando todas as posturas ideológicas ao constante escrutínio crítico. Esse é, a meu ver, o papel que podem e devem desempenhar os intelectuais e, entre eles, os pesquisadores em ciências sociais, cidadãos como os outros, mas que dispõe de mais tempo que os demais para se dedicar ao estudo (e que são pagos para isso — um privilégio considerável).

Ora, não há como escapar à constatação de que, durante muito tempo, as pesquisas dedicadas à distribuição de renda se fundamentaram em poucos fatos sólidos e em muitas especulações puramente teóricas. Antes de expor com mais precisão as fontes sobre as quais me debrucei e das quais tentei recolher material para escrever este livro, pretendo traçar um breve panorama histórico das reflexões sobre essas questões.

Malthus, Young e a Revolução Francesa

Quando a economia política clássica nasceu, no Reino Unido e na França, ao final do século XVIII e início do XIX, a questão da distribuição já se encontrava no centro de todas as análises. Estava claro que transformações radicais entraram em curso, propelidas pelo crescimento demográfico sustentado — inédito até então — e pelo início do êxodo rural e da Revolução Industrial. Quais seriam as consequências dessas mudanças para a distribuição da riqueza, a estrutura social e o equilíbrio político das sociedades europeias?

Para Thomas Malthus, que publicou em 1798 seu *Ensaio sobre o princípio da população*, não restava dúvida: a superpopulação era a principal ameaça.[1] Embora suas fontes fossem escassas, Malthus fez o melhor que pôde com as informações que detinha. Uma importante influência para ele foram os relatos de viagem de Arthur Young, agrônomo inglês que percorreu toda a França, de Calais aos Pireneus, passando pela Bretanha e Franche-Comté, em 1787-1788, às vésperas da Revolução Francesa. Young narrou a miséria que encontrou na zona rural do país.

Vívida e fascinante, sua narrativa não é, de modo algum, imprecisa. Na época, a França era de longe o país europeu mais populoso e constituía, portanto, um ponto de observação ideal. Por volta de 1700, o reino da França já contava com mais de vinte milhões de habitantes, num momento em que o Reino Unido tinha uma população de pouco mais de oito milhões de pessoas (e a Inglaterra, cerca de cinco milhões). A população francesa se expandiu em ritmo constante ao longo de todo o século XVIII, do final do reinado de Luís XIV até o de Luís XVI, aproximando-se dos trinta milhões de habitantes nos anos 1780. Tudo leva a crer que esse dinamismo demográfico, desconhecido nos séculos anteriores, de fato contribuiu para a estagnação dos salários no setor agrícola e para o aumento dos rendimentos associados à propriedade da terra nas décadas anteriores à conflagração de 1789. Sem fazer da demografia a única causa da Revolução Francesa, parece evidente que essa evolução só fez aumentar a impopularidade crescente da aristocracia e do regime político em vigor.

Dito isso, a narrativa de Young, publicada em 1792, não esconde os preconceitos nacionalistas e as comparações equivocadas. O grande agrônomo deixou evidente seu desagrado com os albergues em que se hospedou e demonstrou desprezo pelos modos das moças que lhe serviam à mesa. Pretendeu deduzir de suas observações, algumas bastante triviais e anedóticas, consequências para a história universal. Revelou, sobretudo, grande inquietação frente às possíveis turbulências políticas e sociais que a miséria generalizada por ele testemunhada poderia causar. Young estava convencido de que só um sistema político à moda inglesa, com Câmaras separadas para aristocratas e plebeus, além do direito de veto para a nobreza, permitiria um desenvolvimento harmonioso e tranquilo liderado por pessoas responsáveis. Estava certo de que a França caminhava para o fracasso ao aceitar, em 1789-1790, que membros de todas as classes sociais estivessem num mesmo Parlamento. Não é exagero dizer que o conjunto de sua narrativa foi contaminado pelo temor de que a Revolução Francesa sobreviesse. Quando se discute a distribuição da riqueza, a política está sempre por perto, e é difícil escapar aos preconceitos e interesses de classe que predominam em cada época.

Quando o reverendo Malthus publicou em 1798 seu famoso *Ensaio*, as conclusões foram ainda mais radicais do que as de Young. Assim como seu compatriota, Malthus estava muito preocupado com as notícias políticas vindas da França e, para evitar que o torvelinho vitimasse o Reino Unido, argumentou que todas as medidas de assistência aos pobres deveriam ser suspensas de imediato e que a taxa de natalidade deveria ser severamente controlada, com a finalidade de afastar o risco de uma catástrofe global associada à superpopulação, ao caos e à miséria. Só é possível compreender por que as previsões malthusianas eram tão exageradas e sombrias caso se leve em conta o medo que tomou de assalto boa parte das elites europeias nos anos 1790.

David Ricardo: o princípio da escassez

Olhando em retrospectiva, é fácil rir desses profetas da desgraça. Contudo, é importante perceber que as transformações econômicas e sociais em curso no final do século XVIII e no início do século XIX eram bastante impressionantes, para não dizer traumáticas. Na verdade, a maioria dos observadores da época — e não apenas Malthus e Young — tinha uma visão um tanto sombria, apocalíptica até, da evolução da distribuição da riqueza e da estrutura social no longo prazo. Esse era especialmente o caso de David Ricardo e de Karl Marx, sem dúvida os dois economistas mais influentes do século XIX. Ambos defendiam a visão de que apenas um pequeno grupo social — os proprietários de terra para Ricardo, os capitalistas industriais para Marx — se apropriaria de uma parte crescente da produção e da renda.[2]

Para Ricardo, que publicou em 1817 seus *Princípios de economia política e tributação*, a principal preocupação era com a evolução, no longo prazo, do preço da terra e de sua remuneração. Assim como Malthus, ele não dispunha de qualquer fonte estatística digna dessa nomenclatura. Entretanto, isso não o impediu de ter conhecimento íntimo do capitalismo de sua época. Nascido numa família de financistas judeus de origem portuguesa, ele parecia ter menos preconceitos políticos do que Malthus, Young ou Adam Smith. Foi influenciado pelo modelo de Malthus, mas conseguiu ir mais longe em seu raciocínio. Estava, acima de tudo, interessado no seguinte paradoxo lógico: se o crescimento da população e da produção se prolonga, a terra tende a se tornar mais escassa em relação aos outros bens. De acordo com a lei da oferta e da demanda, o preço do bem escasso — a terra — deveria subir de modo contínuo, bem como os aluguéis pagos aos proprietários. No limite, os donos da terra receberiam uma parte cada vez mais significativa da renda nacional, e o restante da população, uma parte cada vez mais reduzida, destruindo o equilíbrio social. Ricardo via como única saída lógica e politicamente satisfatória a adoção de um imposto crescente sobre a renda territorial.

Essa previsão dramática não se verificou: a remuneração da terra ficou alta por um longo período, mas, ao final, o valor das terras agrícolas em relação às outras formas de riqueza caiu à medida que o peso da agricultura na renda nacional diminuiu. Escrevendo nos anos 1810, Ricardo não podia antever a importância que o progresso tecnológico e o crescimento industrial teriam ao longo das décadas seguintes para a evolução da distribuição da renda. Assim como Malthus e Young, ele não era capaz de imaginar que a humanidade deixaria de ser refém das restrições alimentares e agrícolas.

Ainda assim, sua intuição sobre o preço da terra não deixaria de ser interessante: o "princípio da escassez" preconiza que alguns preços podem alcançar valores altíssimos ao longo de várias décadas. Isso pode ser o suficiente para desestabilizar a política, a

economia, os arranjos sociais, enfim, sociedades inteiras. O sistema de preços desempenha o papel fundamental de coordenar as ações de milhões de indivíduos — no caso do mundo atual, de bilhões de indivíduos. O problema é que o sistema de preços não conhece nem limites, nem moral.

Seria um erro negligenciar a importância do princípio da escassez para a compreensão da distribuição mundial da riqueza no século XXI — para se convencer disso, basta substituir, no modelo de David Ricardo, o preço das terras agrícolas pelo dos imóveis urbanos nas grandes capitais ou, ainda, pelo preço do petróleo. Nos dois casos, se projetarmos para o período 2010-2050 ou 2010-2100 a tendência observada durante os anos 1970-2010, chegaremos a desequilíbrios econômicos, sociais e políticos de magnitude considerável não só entre países, mas dentro de cada nação. Tais desequilíbrios não deixam de evocar o apocalipse ricardiano.

Sem dúvida, existe um mecanismo econômico bem simples que permite equilibrar o processo: o mecanismo da oferta e da demanda. Se a oferta de qualquer bem for insuficiente e o preço estiver exageradamente elevado, a procura por esse bem deve baixar, o que permitirá uma redução do preço. Em outras palavras, se os preços dos imóveis nas grandes cidades ficarem muito altos e o custo do petróleo aumentar, as pessoas podem decidir morar em áreas mais afastadas ou até andar de bicicleta (ou, quem sabe, os dois ao mesmo tempo). No entanto, além de desagradáveis e complicados, tais ajustes podem levar várias décadas para ocorrer; nesse interim, os proprietários de imóveis e os donos dos poços de petróleo podem acumular créditos tão volumosos em relação ao restante da população que poderão facilmente vir a possuir tudo o que houver para possuir, inclusive as terras no interior e as bicicletas.[3] Como sempre, o pior cenário é sempre incerto. É cedo demais para anunciar ao leitor que, em 2050, ele deverá pagar seu aluguel ao emir do Catar: essa questão será analisada adiante, e nossa conclusão será mais matizada, embora não de todo tranquilizadora. Mas é importante entender desde agora que a interação entre oferta e demanda não impede que ocorra uma divergência significativa e duradoura na distribuição da riqueza ligada a movimentos extremos de certos preços relativos. Essa é a mensagem fundamental do princípio da escassez introduzido por David Ricardo. Entretanto, nada nos obriga a jogar esses dados.

Marx: o princípio da acumulação infinita

Quando Marx publicou, em 1867, o primeiro tomo de *O capital*, exato meio século após a publicação dos *Princípios* de Ricardo, as realidades econômicas e sociais haviam mudado profundamente: não se tratava mais de saber se a agricultura poderia alimen-

tar uma população crescente ou se o preço da terra aumentaria até chegar ao céu, mas sobretudo de entender a dinâmica de um capitalismo industrial a pleno vapor.

O fato mais marcante da época era a miséria do proletariado industrial. A despeito do crescimento, ou talvez em parte devido a ele, e em razão do massivo êxodo rural provocado pelo aumento da população e da produtividade agrícola, os operários se amontoaram em cortiços. As jornadas de trabalho eram longas, e os salários, muito baixos. Uma nova miséria urbana se desenvolveu, mais visível, chocante e, sob certo aspecto, extrema do que a miséria rural do Antigo Regime. *Germinal*, *Oliver Twist* e *Os miseráveis* não brotaram apenas da imaginação de seus autores, bem como as leis que proibiram o trabalho de crianças menores de oito anos nas fábricas — como na França em 1841 — ou menores de dez anos nas minas — como no Reino Unido em 1842. O *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures* [Quadro do estado físico e moral dos operários empregados nas fábricas], publicado em 1840 na França pelo Dr. Louis René Villermé e que inspirou a tímida legislação de 1841, descreve a mesma realidade sórdida que *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845 por Engels.[4]

De fato, todos os dados históricos de que dispomos hoje indicam que foi preciso esperar a segunda metade — ou mesmo o último terço — do século XIX para observar um aumento significativo do poder de compra dos salários. Dos anos 1800-1810 aos anos 1850-1860, os salários dos operários estagnaram em níveis muito baixos — próximos ou mesmo inferiores aos do século XVIII e aos dos séculos anteriores. Essa longa fase de estagnação salarial, observada tanto no Reino Unido quanto na França, é ainda mais impressionante quando se leva em conta que o crescimento econômico se acelerou nesse período. A participação do capital na renda nacional — a definição de capital abrange lucros industriais, renda territorial, aluguéis urbanos —, até onde é possível estimá-la com base nas fontes imperfeitas de que dispomos hoje, aumentou de modo considerável nos dois países durante a primeira metade do século XIX.[5] Ela diminuiu ligeiramente nas últimas décadas do século XIX, quando os salários recuperaram parte do atraso em relação ao crescimento econômico. Os dados que coletamos indicam, entretanto, que não houve qualquer redução estrutural da desigualdade antes da Primeira Guerra Mundial. O que se observa nos anos 1870-1914 é tão somente uma estabilização da desigualdade em nível extremamente elevado, e, em certos casos, é possível identificar uma espiral de disparidade acompanhada de concentração progressiva da riqueza. É muito difícil dizer o que teria acontecido com essa trajetória se os choques econômicos e políticos deflagrados na Primeira Guerra Mundial não tivessem ocorrido. Com o auxílio da análise histórica e do distanciamento de que dispomos hoje, pode-se afirmar que esses choques foram as únicas forças munidas de peso suficiente para reduzir a desigualdade desde a Revolução Industrial.

O fato é que o capital prosperou e os lucros industriais cresceram em comparação com a estagnação da renda do trabalho entre os anos 1840 e 1850. Isso era óbvio para todos, mesmo numa época em que as contas nacionais e as estatísticas agregadas para os diferentes países não existiam. Foi nesse contexto que se desenvolveram os primeiros movimentos comunistas e socialistas. O questionamento principal era simples: de que serve o desenvolvimento industrial, de que servem todas essas inovações tecnológicas, todo esse esforço, todos esses deslocamentos populacionais, se, ao cabo de meio século de crescimento da indústria, a situação das massas continua tão miserável quanto antes e se tudo que o Estado pode fazer é proibir que crianças menores de oito anos trabalhem nas fábricas? O fracasso do sistema econômico e político parecia evidente. As pessoas, portanto, se perguntavam: o que temos a dizer sobre a evolução, no longo prazo, de um sistema como esse?

Foi sobre essa questão que Marx se debruçou. Em 1848, às vésperas da "Primavera dos Povos", ele já havia publicado o *Manifesto comunista*, texto curto e eficaz que se inicia com a célebre frase "Um espectro ronda a Europa — o espectro do comunismo"[6] e termina com a não menos célebre previsão revolucionária: "O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, enfraquece o próprio terreno em que a burguesia assentou a produção e a apropriação de seus produtos. Assim, a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis."

Nas duas décadas seguintes, Marx se dedicou a escrever o volumoso tratado que justificaria essas conclusões e proporia a primeira análise científica do capitalismo e de seu colapso. Essa obra ficaria inacabada: o primeiro tomo de *O capital* foi publicado em 1867, mas Marx faleceu em 1883 sem ter terminado os dois tomos subsequentes. Eles foram publicados postumamente por seu amigo Friedrich Engels, a partir de fragmentos de manuscritos, por vezes obscuros, que ele deixou.

Como Ricardo, Marx baseou seu trabalho na análise das contradições lógicas internas do sistema capitalista. Ele procurou distinguir-se dos economistas burgueses (que viam no mercado um sistema autorregulado, capaz de alcançar o equilíbrio sem qualquer interferência externa, como a "mão invisível" de Adam Smith e a "lei" de Jean-Baptiste Say, segundo a qual a produção cria a sua própria demanda) e dos socialistas utópicos ou proudhonianos, que, na sua visão, se contentavam em denunciar a miséria operária sem propor nenhum estudo realmente científico dos processos econômicos que seriam responsáveis por ela.[7] Em suma, Marx partiu do modelo ricardiano de determinação do preço do capital e do princípio da escassez para fundamentar uma análise mais aprofundada sobre a dinâmica do capitalismo num mundo onde o capital era, antes de tudo, industrial (máquinas, equipamentos, galpões de fábricas etc.), e não simplesmente a terra; assim, o acúmulo do capital

não teria limites. Sua conclusão principal foi o que se poderia chamar de "princípio de acumulação infinita", isto é, a tendência inexorável do capital de se acumular e de se concentrar nas mãos de uma parcela cada vez mais restrita da população, sem que houvesse um limite natural para esse processo. Daí decorre a derrocada apocalíptica do capitalismo prevista por Marx: ou a taxa de rendimento do capital cairia continuamente (emperrando o motor da acumulação e fomentando conflitos violentos entre os donos do capital), ou a participação do capital na renda nacional cresceria indefinidamente (o que, mais cedo ou mais tarde, levaria a uma revolta dos trabalhadores). De um modo ou de outro, nenhum equilíbrio estável, socioeconômico ou político, seria possível.

A profecia sombria de Marx não chegou mais perto de se concretizar do que a de Ricardo. A partir do último terço do século XIX, os salários enfim começaram a aumentar: a melhora do poder de compra dos trabalhadores se disseminou, o que mudou radicalmente a situação, ainda que a desigualdade extrema tenha persistido e, em certos aspectos, crescido até a Primeira Guerra Mundial. A revolução comunista acabou acontecendo, mas eclodiu no país mais atrasado da Europa, onde a revolução industrial mal havia começado (a Rússia). Enquanto isso, os países europeus mais avançados exploravam as vias social-democratas, para a sorte de seus cidadãos. Assim como os autores que o antecederam, Marx rejeitou as hipóteses de que o progresso tecnológico pudesse ser duradouro e de que a produtividade fosse capaz de crescer de modo contínuo — duas forças que poderiam, em alguma medida, se contrapor ao processo de acumulação e concentração do capital privado. Sem dúvida, faltavam-lhe dados estatísticos para refinar suas previsões. Certamente Marx também sofreu as consequências de decidir expor suas conclusões em 1848, antes de realizar as pesquisas necessárias para justificá-las. Escreveu tomado por grande fervor político, o que muitas vezes o levou a se precipitar e a defender argumentos mal embasados, dos quais ficou refém. Por isso a necessidade de que a teoria econômica esteja enraizada nas mais completas fontes históricas; Marx cometeu o erro de não explorar todas as possibilidades de que dispunha.[8] Além disso, não se debruçou sobre a espinhosa questão de como uma sociedade em que o capital privado foi abolido reorganizaria os seus sistemas político e econômico — problema bastante complexo, como mostram os dramáticos experimentos totalitários dos regimes que levaram a sério a expropriação.

Apesar dessas limitações, a análise marxista é relevante em diversos aspectos. Em primeiro lugar, Marx partiu de uma questão essencial (o aumento inédito da concentração de riqueza durante a Revolução Industrial) e tentou respondê-la usando os meios de que dispunha — atitude exemplar, que deveria servir de inspiração para muitos economistas de hoje. Em segundo, e mais importante, o princípio de acumulação infinita proposto por ele contém uma noção fundamental, tão válida para a análise do

século XXI como foi para o do século XIX, além de ser mais preocupante do que o princípio da escassez, de Ricardo. Se as taxas de crescimento da população e da produtividade forem relativamente baixas, o estoque acumulado de riqueza se torna, naturalmente, mais relevante com o passar do tempo, sobretudo quando cresce de forma desmedida e se transforma numa fonte de instabilidade. Ou seja, o crescimento fraco não permite que o princípio marxista da acumulação infinita seja contrabalançado: o equilíbrio daí resultante não é tão apocalíptico quanto o previsto por Marx, embora não deixe de ser perturbador. A acumulação cessa em algum nível finito, mas esse nível pode ser extremamente alto e desestabilizante. Em particular, o patamar muito elevado da riqueza privada (medido em anos da renda nacional) observado desde os anos 1970 e 1980 nos países ricos, sobretudo na Europa e no Japão, se inscreve com perfeição na lógica marxista.

De Marx a Kuznets: do apocalipse ao conto de fadas

Passando das análises de Ricardo e Marx no século XIX para os estudos de Simon Kuznets no século XX, pode-se dizer que o gosto excessivo dos economistas pelas previsões catastróficas deu lugar a uma atração não menos excessiva pelos contos de fadas, ou ao menos pelos *happy endings*. Segundo a teoria de Kuznets, a desigualdade de renda deveria diminuir de modo automático nos estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista de um país, a despeito das políticas adotadas ou das diferenças entre países, até que se estabilizasse num nível aceitável. Elaborada em 1955, trata-se de uma teoria sobre os anos mágicos do período pós-guerra que na França ficaram conhecidos como os "Trinta Gloriosos", o intervalo compreendido entre 1945 e 1975. Para Kuznets, bastava ter paciência e esperar que o crescimento começasse a beneficiar a todos.[9] A filosofia da época podia ser resumida em apenas uma frase: "*Growth is a rising tide that lifts all boats*" ("O crescimento é como a maré alta: levanta todos os barcos"). Otimismo semelhante foi proposto por Robert Solow em 1956, quando analisou as condições que levariam uma economia a alcançar a "trajetória de crescimento equilibrado", isto é, um crescimento em que todas as variáveis macroeconômicas — produção, renda, lucros, salários, capital, cotações de bolsa de valores e de mercado imobiliário etc. — se expandem no mesmo ritmo, de modo que cada grupo social se beneficia do crescimento nas mesmas proporções, sem grandes discrepâncias.[10] Tal visão é a antítese da espiral de desigualdade identificada por Ricardo ou Marx, bem como o oposto das análises apocalípticas do século XIX.

Para transmitir ao leitor a influência considerável da teoria de Kuznets no pensamento dos anos 1980 e 1990 e, em certa medida, também no pensamento atual, é preciso

salientar que se trata da primeira teoria sobre crescimento e desigualdade fundamentada num extenso trabalho estatístico. Foi preciso chegar a meados do século XX para que as primeiras séries históricas sobre a distribuição de riqueza estivessem disponíveis, com a publicação em 1953 da obra monumental de Kuznets, *Shares of Upper Income Groups in Income and Savings* [Participação dos grupos de renda alta na renda nacional e na poupança]. As séries compiladas por Kuznets se referem a um único país, os Estados Unidos, e compreendem um período de 35 anos (1913-1948). Trata-se, contudo, de uma contribuição fundamental, que mobilizou duas fontes de dados totalmente inacessíveis aos autores do século XIX: as declarações do imposto federal sobre a renda instituído em 1913; e as estimativas da renda nacional dos Estados Unidos, elaboradas pelo próprio Kuznets alguns anos antes. Foi a primeira tentativa de medir a desigualdade social em escala tão ambiciosa.[11]

É importante compreender que, sem essas duas fontes indispensáveis e complementares, seria simplesmente impossível medir a desigualdade da distribuição de riqueza e a sua evolução. As primeiras tentativas de estimar a renda nacional datam do fim do século XVII e do início do século XVIII, tanto no Reino Unido como na França. Houve outras ao longo do século XIX, mas foram esforços isolados. Seria preciso esperar o século XX e o período entreguerras para que se desenvolvessem — por iniciativa de pesquisadores como Kuznets e John W. Kendrick nos Estados Unidos, Arthur Bowley e Colin Clark no Reino Unido ou L. Dugé de Bernonville na França — as primeiras séries anuais da renda nacional. Esse tipo de série permite mensurar a renda total de um país. Para medir a participação do grupo de renda mais alta na renda nacional, é preciso dispor das declarações de renda. Essa segunda fonte de informação se tornou disponível quando todos os países passaram a adotar a tributação progressiva sobre a renda, por volta da Primeira Guerra Mundial (1913 nos Estados Unidos, 1914 na França, 1909 no Reino Unido, 1922 na Índia e 1932 na Argentina).[12]

É preciso reconhecer que, ainda que não exista um imposto sobre a renda, há outras estatísticas relacionadas a ela para qualquer que seja o regime tributário em vigor num determinado momento (há, por exemplo, impostos sobre o número de portas e janelas de um imóvel para cada departamento na França do século XIX, o que é bastante curioso). Esses dados, entretanto, nada nos revelam diretamente sobre a evolução e a distribuição da renda. Aliás, antes que a obrigação de declarar renda e impostos às autoridades fosse estabelecida por lei, as pessoas muitas vezes não sabiam qual era a renda que de fato recebiam. O mesmo se deu com o imposto de renda de pessoas jurídicas e com o imposto sobre o patrimônio. A tributação não é somente uma maneira de fazer com que os indivíduos contribuam para o financiamento dos gastos públicos e de dividir o ônus disso da forma mais justa possível; ela é útil, também, para identificar categorias e promover o conhecimento e a transparência democrática.

Em todo caso, os dados que Kuznets coletou permitiram que ele calculasse a evolução da participação, na renda nacional americana, de cada décimo e centésimo mais alto da hierarquia da distribuição de renda. Eis o resultado: Kuznets constatou que uma forte redução da desigualdade de renda havia ocorrido nos Estados Unidos entre 1913 e 1948. Mais especificamente, na década de 1910, o décimo superior da distribuição, isto é, os 10% mais ricos entre os americanos, recebiam 45-50% da renda nacional anual. No final dos anos 1940, a participação na renda nacional dos 10% mais ricos havia caído para cerca de 30-35%. Essa queda de mais de dez pontos percentuais da renda nacional era considerável: equivalia, por exemplo, à metade do que recebiam os 50% mais pobres do país.[13] A redução da desigualdade era, portanto, nítida e incontestável, e essa revelação teve uma importância tremenda, com enorme repercussão nos debates econômicos do pós-guerra, tanto nas universidades quanto nas organizações internacionais.

Havia décadas que Malthus, Ricardo, Marx e tantos outros falavam de desigualdade, mas sem citar fontes, sem apresentar metodologias que permitissem comparar com precisão as diferentes épocas ou mesmo definir o debate a favor de uma ou outra tese concorrente. Pela primeira vez, dados concretos estavam disponíveis para consulta e estudo e, embora não fossem perfeitos, ao menos tinham o mérito de existir. Além disso, o trabalho de compilação das estatísticas foi muito bem documentado: o volumoso compêndio publicado por Kuznets em 1953 expunha da forma mais transparente possível todos os detalhes sobre suas fontes e seus métodos, de maneira que cada cálculo pudesse ser reproduzido. E Kuznets foi, além de tudo, o portador de notícias auspiciosas: a desigualdade estava diminuindo.

A curva de Kuznets: uma boa nova em tempos de Guerra Fria

Na verdade, o próprio Kuznets estava bastante consciente do caráter acidental dessa compressão das altas rendas americanas entre 1913 e 1948. Em grande medida, a compressão se deveu aos vários choques desencadeados pela Grande Depressão dos anos 1930 e pela Segunda Guerra Mundial, sem qualquer origem num processo natural e espontâneo. No livro que publicou em 1953, Kuznets analisa suas séries em detalhe e adverte o leitor contra generalizações precipitadas. Entretanto, em dezembro de 1954, na palestra que proferiu como presidente da American Economic Association durante um encontro em Detroit, propôs aos colegas uma interpretação bem mais otimista dos resultados de seu livro. Foi essa conferência, publicada em 1955 sob o título de "Economic Growth and Income Inequality" [Crescimento econômico e desigualdade de renda], que deu origem à teoria da "curva de Kuznets".

Segundo essa teoria, a desigualdade poderia ser descrita, em toda parte, por uma "curva em forma de sino". Ou seja, ela cresce de início, alcança um pico e depois entra em declínio quando os processos de industrialização e de desenvolvimento econômico começam a avançar. De acordo com Kuznets, há uma primeira fase característica das etapas iniciais da industrialização na qual a desigualdade cresce naturalmente, como ocorreu nos Estados Unidos ao longo do século XIX; em seguida, sobrevém uma fase de forte diminuição da desigualdade, que para os americanos teria começado durante a primeira metade do século XX.

A leitura desse texto de 1955 é reveladora. Depois de lembrar aos leitores todas as razões para ter cautela na interpretação dos dados e de chamar a atenção para a importância inequívoca do papel dos choques exógenos na redução da desigualdade americana, Kuznets sugere, de maneira quase ingênua, que a lógica interna do desenvolvimento econômico pode levar ao mesmo resultado, independentemente de qualquer intervenção política ou choque externo. A ideia era que a desigualdade aumenta durante as primeiras fases da industrialização, pois apenas uma minoria está em condições de se beneficiar dos ganhos iniciais do processo e, mais adiante, nas etapas mais avançadas do desenvolvimento, cai de forma automática, ou endógena, quando uma fração cada vez maior da população passa a desfrutar do crescimento econômico.[14]

A "fase avançada" do desenvolvimento industrial teria começado no final do século XIX ou no início do século XX nos países maduros, e a compressão da desigualdade observada nos Estados Unidos durante os anos 1913-1948 poderia ser retratada como parte de um fenômeno mais geral. Esse fenômeno deveria, em tese, ser capaz de se reproduzir mundo afora, o que incluiria os países subdesenvolvidos então assolados pela pobreza da era pós-colonial. Os fatos evidenciados por Kuznets em seu livro de 1953 se tornaram, de súbito, uma arma política poderosa.[15] Ele estava perfeitamente consciente do caráter especulativo de sua teoria.[16] Ao apresentar uma análise tão otimista na palestra proferida aos economistas americanos, muito propensos a acreditar e divulgar a novidade que seu prestigiado líder trazia, Kuznets sabia da enorme influência que teria: nascia a "curva de Kuznets". Para se assegurar de que todos tinham entendido bem do que se tratava, Kuznets preocupou-se em esclarecer que a intenção de suas previsões otimistas era simplesmente manter os países subdesenvolvidos "na órbita do mundo livre".[17] Em grande medida, portanto, a teoria da "curva de Kuznets" é produto da Guerra Fria.

Todavia, para evitar mal-entendidos, quero destacar que o trabalho realizado por Kuznets para a criação das primeiras contas nacionais americanas e das primeiras séries históricas com métricas de desigualdade foi de suma importância. Na leitura de seus livros — ao contrário do que ocorre com seus artigos —, fica evidente que Kuznets tinha uma verdadeira ética científica. Além do mais, as altas taxas de crescimento

observadas nos países desenvolvidos depois da Segunda Guerra foi um acontecimento fundamental, ainda mais significativo quando se leva em conta que todos os grupos sociais se beneficiaram disso. É compreensível que certo otimismo tenha prevalecido em razão dos Trinta Gloriosos e que as previsões apocalípticas do século XIX sobre a dinâmica da distribuição da riqueza tenham perdido popularidade.

Ainda assim, a teoria mágica da "curva de Kuznets" foi formulada, em grande parte, pelos motivos errados, e o fundamento empírico que a sustenta é reconhecidamente frágil. A forte queda da desigualdade de renda que se deu nos países ricos entre 1914 e 1945 é, antes de tudo, fruto das guerras mundiais e dos violentos choques econômicos e políticos que delas sobrevieram (especialmente para os detentores de grandes fortunas). Ela tem pouquíssima relação com o processo organizado de mobilidade dos fatores de produção entre setores econômicos descrito por Kuznets.

Recolocando a questão distributiva no cerne da análise econômica

A questão é importante, e não apenas por motivos históricos. Desde a década de 1970, a desigualdade voltou a aumentar nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos, onde a concentração de renda na primeira década do século XXI voltou a atingir — e até excedeu — o nível recorde visto nos anos 1910-1920. É, portanto, essencial compreender por que e como a desigualdade diminuiu nesse interregno. Por certo, o forte crescimento dos países mais pobres e dos emergentes, em especial da China, foi um impulso poderoso para a redução da desigualdade no mundo, como foi o crescimento dos países ricos entre 1945 e 1975. Mas esse processo gerou grande ansiedade entre os países emergentes, e mais ainda entre os países ricos. Os vultosos desequilíbrios que se manifestaram nos mercados financeiros, na cotação internacional do petróleo e nos mercados imobiliários durante as últimas décadas puseram em xeque a ideia de convergência inexorável para a "trajetória de crescimento equilibrado" descrita por Solow e Kuznets, segundo a qual tudo passa, em dado momento, a crescer no mesmo ritmo. Será que o mundo de 2050 ou de 2100 será comandado por operadores do mercado financeiro, superexecutivos e detentores de grandes fortunas? Ou estaremos nas mãos dos países produtores de petróleo, ou, ainda, do Banco da China? Quem sabe o mundo será controlado pelos paraísos fiscais que abrigam, de uma forma ou de outra, boa parte desses atores? Seria absurdo não se fazer essa pergunta e supor por princípio que o crescimento é naturalmente "equilibrado" no longo prazo.

De certa maneira, estamos, neste início de século XXI, na mesma situação que os observadores do século XIX: somos testemunhas de transformações impressionantes, e é muito difícil saber até onde elas podem ir e qual rumo a distribuição da

riqueza tomará nas próximas décadas, tanto em escala internacional quanto dentro de cada país. Os economistas do século XIX devem ser louvados. Afinal, foram eles que colocaram a questão distributiva no cerne da análise econômica e tentaram estudar as tendências de longo prazo. Suas respostas não foram sempre satisfatórias — mas, ao menos, eles souberam fazer as perguntas certas. Não há motivo algum para acreditar que o crescimento tende a se equilibrar de forma automática. Demoramos muito tempo para recolocar a questão da desigualdade no centro da análise econômica, e mais ainda para resgatar os questionamentos do século XIX. Ao longo de várias décadas, o tema da distribuição da riqueza foi negligenciado pelos economistas, em parte devido às conclusões otimistas de Kuznets, mas também em razão da atração excessiva da profissão por modelos matemáticos reducionistas conhecidos como "modelos de agente representativo".[18] Para trazer à tona a questão distributiva, é preciso começar reunindo a base de dados históricos mais completa possível a fim de compreender o passado e refletir sobre as tendências futuras. Somente estabelecendo fatos e identificando padrões e regularidades, para então comparar países e contrastar experiências, poderemos ter a esperança de revelar os mecanismos em operação e proporcionar um maior esclarecimento sobre o futuro.

As fontes utilizadas neste livro

Este livro se baseia em duas principais fontes de dados que, juntas, permitem estudar a dinâmica histórica da distribuição de renda. São elas: séries de dados que lidam diretamente com a desigualdade e a distribuição de renda; e séries de dados que lidam com a distribuição da riqueza e a relação entre riqueza e a renda.

Comecemos pela renda. Em grande medida, meu trabalho consistiu em ampliar os limites geográficos e temporais do trabalho pioneiro de Kuznets na mensuração da evolução da desigualdade da renda nos Estados Unidos de 1913 a 1948. Desse modo, fui capaz de colocar as descobertas de Kuznets (que são bastante precisas) num quadro mais amplo, o que me permitiu questionar radicalmente sua visão otimista da relação entre o desenvolvimento econômico e a distribuição da riqueza. O estranho é que ninguém tenha tentado replicar a pesquisa de Kuznets de modo sistemático antes. Sem dúvida, em parte isso ocorreu porque o estudo histórico e a análise estatística dos registros tributários caem numa espécie de "terra de ninguém" acadêmica, demasiado histórica para os economistas e demasiado econômica para os historiadores. É uma pena, pois apenas a perspectiva de longo prazo possibilita uma análise correta da dinâmica da desigualdade de renda, e só as fontes fiscais (os registros tributários) permitem que se tenha essa abrangência temporal.[19]

Comecei meu estudo da questão pela aplicação dos métodos de Kuznets ao caso da França, o que originou a publicação de uma primeira obra em 2001.[20] Depois, obtive o apoio de vários colegas — sobretudo de Anthony Atkinson e Emmanuel Saez —, que me permitiram ampliar o projeto e alcançar uma escala internacional bastante vasta. Anthony Atkinson tratou do caso do Reino Unido e de muitos outros países, e organizamos juntos dois volumes publicados em 2007 e 2010 reunindo estudos semelhantes para mais de vinte países de todos os continentes.[21] Com Emmanuel Saez, alongamos em meio século as séries de Kuznets para os Estados Unidos.[22] Saez usou o método para estudar diversos países fundamentais, como o Canadá e o Japão. Vários pesquisadores contribuíram para a realização desse projeto coletivo: Facundo Alvaredo, em especial, analisou os casos da Argentina, da Espanha e de Portugal; Fabien Dell, os da Alemanha e da Suíça; com Abhijit Banerjee, estudei o caso da Índia; graças a Nancy Qian, pude tratar da China, e assim por diante.[23]

Para cada país, tentamos usar os mesmos tipos de fontes, os mesmos métodos e os mesmos conceitos. Os décimos e os centésimos das rendas mais altas foram estimados a partir dos dados tributários retirados de declarações de renda (após vários ajustes para garantir a homogeneidade temporal e geográfica dos dados e conceitos). A renda nacional e a renda média nos foram dadas pelas contas nacionais, que por vezes tiveram de ser esmiuçadas e estendidas. De modo geral, as séries têm início na data de criação do imposto de renda (entre 1910 e 1920 para vários países, mas em alguns casos, como no Japão e na Alemanha, começam entre 1880 e 1890; em outros, se iniciam mais tarde). Todas as séries são atualizadas regularmente e hoje se estendem até o início dos anos 2010.

A World Top Incomes Database (WTID), fruto do trabalho conjunto de cerca de trinta pesquisadores do mundo todo, é a mais ampla base de dados históricos disponível sobre a evolução da desigualdade de renda. Ela é a fonte primária das análises e conclusões deste livro.[24]

A segunda fonte de dados que utilizei — e que, na verdade, cito primeiro — diz respeito à riqueza, ao patrimônio das famílias, incluindo tanto a sua distribuição quanto suas relações com a renda. Por gerar renda, a riqueza já desempenha um papel importante no estudo de sua evolução. A renda consiste em dois componentes: os rendimentos derivados do trabalho (salários, emolumentos, gratificações, bônus, renda do trabalho não assalariado, além de outras rendas remuneradoras do trabalho, de acordo com os estatutos jurídicos aplicáveis em cada caso) e a renda do capital (aluguéis, dividendos, juros, lucros, ganhos de capital, royalties e outros rendimentos obtidos do simples fato de ser dono do capital sob a forma de terras, imóveis, ativos financeiros, equipamentos industriais etc., qualquer que seja a denominação jurídica indicada). Os dados obtidos da WTID contêm muitas informações sobre a evolução

da renda do capital ao longo do século XX. É, contudo, indispensável complementá-los com fontes diretamente relacionadas ao patrimônio. Podem-se distinguir três subconjuntos de fontes históricas e abordagens metodológicas, que são complementares umas às outras.[25]

Em primeiro lugar, da mesma forma que as declarações de renda nos permitem estudar as alterações no grau de desigualdade da renda, as declarações de patrimônio provenientes de impostos sobre fortunas e heranças nos fornecem informações sobre a evolução da desigualdade da riqueza.[26] Robert Lampman foi o primeiro a usar essa abordagem, em 1962, ao analisar a evolução da desigualdade patrimonial nos Estados Unidos de 1922 a 1956; em seguida, Anthony Atkinson e Alan Harrison fizeram o mesmo em 1978 para estudar o caso do Reino Unido no período compreendido entre 1923 e 1972.[27] Esses trabalhos foram atualizados recentemente, e aplicou-se a metodologia a outros países, como a França e a Suécia. Infelizmente, para averiguar a evolução da disparidade de riqueza, dispomos de dados para um conjunto mais restrito de países do que aquele que usamos para analisar a distribuição da renda. Em alguns casos, entretanto, as séries de dados de tributos sobre a riqueza são bastante longas, datando desde o início do século XIX. A razão para isso é que a fiscalização das heranças e das grandes fortunas é mais antiga que a da renda. Pude reunir, em especial, os dados coletados pelo governo da França em vários momentos e, com o auxílio de Gilles Postel-Vinay e Jean-Laurent Rosenthal, compilei um vasto conjunto de declarações individuais sobre o patrimônio. Juntando essas informações, conseguimos construir séries homogêneas sobre a concentração da riqueza na França desde a época da Revolução Francesa.[28] Isso nos permitiu avaliar a dimensão dos choques causados pela Primeira Guerra Mundial a partir de uma perspectiva histórica bem mais ampla do que a proporcionada pelas séries que tratam da desigualdade de renda (essas, lamentavelmente, se iniciam quase sempre por volta de 1910-1920). Os trabalhos realizados por Jesper Roine e Daniel Waldenström com fontes históricas suecas também foram bastante reveladores e instrutivos.[29]

Os dados sobre riqueza e herança também nos permitem estudar as mudanças na importância relativa da riqueza herdada e da poupança para a construção das grandes fortunas na dinâmica da desigualdade da riqueza. No caso da França, para a qual as fontes históricas ricas em detalhes oferecem um ponto de vista único sobre a evolução da herança no longo prazo, conseguimos realizar esse trabalho de maneira razoavelmente completa.[30] O estudo foi ampliado, em graus variados, para outros países, em particular para o Reino Unido, a Alemanha, a Suécia e os Estados Unidos. Todo esse conjunto de informações tem um papel central na nossa investigação, uma vez que a relevância da desigualdade da riqueza difere, a depender de suas origens — se derivada da herança ou da poupança acumulada ao longo de uma vida. Neste livro, meu foco é

não só o nível da desigualdade, como também, e acima de tudo, sua estrutura, isto é, a origem das disparidades de renda e riqueza entre grupos sociais e as diferentes justificativas — econômicas, sociais, morais e políticas — invocadas para defendê-las ou condená-las. A desigualdade não é necessariamente um mal em si: a questão central é decidir se ela se justifica e se há razões concretas para que ela exista.

Por fim, também podemos usar dados que nos permitam mensurar o estoque total da riqueza nacional (incluindo a terra, os imóveis, o capital industrial ou financeiro) no longuíssimo prazo, medido em número de anos de renda nacional do país avaliado. Esse tipo de estudo global da relação capital/renda é um exercício que tem seus limites — é sempre preferível analisar a desigualdade da riqueza no nível de cada indivíduo e dimensionar a importância relativa da herança e da poupança na formação do capital —, mas permite, de toda forma, analisar de maneira sintética a relevância do capital para o conjunto de uma sociedade. Além disso, em certos casos (em especial os da França e do Reino Unido) é possível coletar e comparar estimativas para diferentes períodos e, assim, alongar o escopo do estudo até o início do século XVIII, o que nos fornece a visão histórica do papel da Revolução Industrial na formação do capital. Para tanto, foram usados os dados históricos que reuni com a ajuda de Gabriel Zucman.[31] De modo geral, essa pesquisa é uma simples extensão e generalização do esforço de coleta de balanços patrimoniais por país realizado por Raymond Goldsmith nos anos 1970-1980.[32]

Em comparação com os trabalhos anteriores, uma razão para que este livro se destaque é seu esforço de reunir, na medida do possível, as mais completas e sistemáticas fontes históricas para o estudo aprofundado da dinâmica da distribuição da renda e da riqueza. Para realizá-lo, desfrutei de duas vantagens em relação aos autores que me precederam: em primeiro lugar, minha pesquisa pôde contar com uma perspectiva histórica mais ampla do que os trabalhos anteriores (algumas mudanças de longo prazo não emergiram claramente antes que os dados dos anos 2000 estivessem disponíveis, em parte porque os choques das duas grandes guerras foram demasiado duradouros); em segundo, avanços tecnológicos na área da computação facilitaram muito o processamento e a análise de grandes quantidades de dados históricos.

Embora eu não queira exagerar o papel da tecnologia na história das ideias, alguns temas puramente técnicos não devem ser ignorados. É evidente que era muito mais difícil trabalhar com grandes volumes de dados na época de Kuznets — e de certa forma até os anos 1980-1990 — do que hoje em dia. Nos anos 1970, quando Alice Hanson Jones reuniu inventários de famílias americanas que remontavam à época colonial[33] e Adeline Daumard fez o mesmo com os registros de patrimônios na França do século XIX,[34] as duas pesquisadoras precisaram despender um tempo enorme com a tediosa tarefa de manusear fichas e arquivos. Ao reler hoje esses trabalhos notáveis, ou ainda

o de François Simiand sobre a evolução dos salários no século XIX e o de Ernest Labrousse sobre a história dos preços e da renda no século XVIII, além das pesquisas de Jean Bouvier e de François Furet acerca dos movimentos do lucro no século XIX, fica evidente que os acadêmicos enfrentaram enormes obstáculos para coletar e tratar seus dados.[35] As complicações de ordem tecnológica absorveram boa parte da energia desses autores e, muitas vezes, se sobrepuseram à análise e à interpretação, sobretudo por limitarem a realização de comparações internacionais e ao longo do tempo. De forma geral, é muito mais fácil estudar a história da distribuição da riqueza hoje do que no passado. E este livro deve muito a essa melhoria recente das condições de trabalho do pesquisador.[36]

Os principais resultados obtidos neste estudo

Quais foram as principais conclusões que pude tirar dessas fontes históricas inéditas? A primeira é que se deve sempre desconfiar de qualquer argumento proveniente do determinismo econômico quando o assunto é a distribuição da riqueza e da renda. A história da distribuição da riqueza jamais deixou de ser profundamente política, o que impede sua restrição aos mecanismos puramente econômicos. Em particular, a redução da desigualdade que ocorreu nos países desenvolvidos entre 1900-1910 e 1950-1960 foi, antes de tudo, resultado das guerras e das políticas públicas adotadas para atenuar o impacto desses choques. Da mesma forma, a reascensão da desigualdade depois dos anos 1970-1980 se deveu, em parte, às mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas, principalmente no que tange à tributação e às finanças. A história da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem. Ou seja, ela é fruto da combinação, do jogo de forças, de todos os atores envolvidos.

A segunda conclusão, que constitui o cerne deste livro, é que a dinâmica da distribuição da riqueza revela uma engrenagem poderosa que ora tende para a convergência, ora para a divergência, e não há qualquer processo natural ou espontâneo para impedir que prevaleçam as forças desestabilizadoras, aquelas que promovem a desigualdade.

Comecemos pelos mecanismos que levam à convergência, isto é, que reduzem e comprimem a desigualdade. As principais forças que propelem a convergência são os processos de difusão do conhecimento e investimento na qualificação e na formação da mão de obra. A lei da oferta e da demanda, assim como a mobilidade do capital e do trabalho (uma variante dela), pode operar a favor da convergência, mas de maneira menos intensa, e muitas vezes de forma ambígua e contraditória. O processo

de difusão de conhecimentos e competências é o principal instrumento para aumentar a produtividade e ao mesmo tempo diminuir a desigualdade, tanto dentro de um país quanto entre diferentes países, como ilustra a recuperação atual das nações ricas e de boa parte das pobres e emergentes, a começar pela China. Ao adotar os métodos de produção e alcançar os níveis de qualificação de mão de obra dos países mais ricos, as economias emergentes conseguiram promover saltos na produtividade, aumentando a renda nacional. Esse processo de convergência tecnológica pode ser favorecido pela abertura comercial, mas trata-se, em essência, de um processo de difusão e partilha do conhecimento — o bem público por excelência —, e não de um mecanismo de mercado.

De um ponto de vista estritamente teórico, pode haver outras forças que aumentem o grau de igualdade. É possível, por exemplo, supor que as tecnologias de produção tendem a exigir uma capacitação crescente do trabalhador, de tal modo que a participação do trabalho na renda deveria aumentar (enquanto a do capital deveria diminuir), algo que poderíamos chamar de "hipótese do capital humano crescente". Ou seja, o progresso da racionalidade tecnológica deveria conduzir automaticamente ao triunfo do capital humano sobre o capital financeiro e imobiliário, dos executivos mais habilidosos sobre os grandes acionistas, da competência sobre o nepotismo. Se assim fosse, a desigualdade se tornaria, por natureza, mais meritocrática e menos estática (embora não necessariamente mais baixa) ao longo da história: a racionalidade econômica, nesse caso, levaria à racionalidade democrática.

Outra crença otimista muito difundida na atualidade é a ideia de que o aumento da expectativa de vida faria com que a "luta de classes" fosse substituída pela "luta das gerações" — uma forma de conflito muito menos polarizada e aguerrida do que os conflitos de classe, pois, afinal, todos seremos jovens e velhos em algum momento de nossas vidas. Esse inexorável fato biológico supostamente leva a crer que a acumulação e a distribuição da riqueza não mais conduziriam a um confronto implacável entre as dinastias de herdeiros e as dinastias dos que nada possuem além da sua força de trabalho, mas sim a uma lógica de poupança do ciclo da vida: as pessoas constroem seu patrimônio durante a juventude para que possam manter determinado padrão de vida na velhice. O progresso da medicina, aliado às melhorias da qualidade de vida, muitos argumentam, teria transformado por completo a própria natureza do capital.

Infelizmente, as duas crenças otimistas (a "hipótese do capital humano crescente" e a substituição da "luta de classes" pela "luta das gerações") são em grande parte ilusões. Transformações desse tipo são logicamente plausíveis e, em certa medida, reais, mas sua influência é bem menor do que se gostaria de imaginar. Não há evidência de que a participação do trabalho na renda nacional tenha aumentado de modo substancial ao longo dos anos. O que se sabe é que o capital (não humano) é quase tão indispensável

no século XXI quanto foi nos séculos XVIII e XIX — e que é possível que se torne ainda mais indispensável no futuro. Podemos também afirmar que, tal qual acontecia no passado, a desigualdade da riqueza ocorre, sobretudo, dentro de cada faixa etária, e veremos que a riqueza herdada é quase tão decisiva para o padrão de vida de uma família no século XXI quanto era na época em que Balzac escreveu *O pai Goriot*. No longo prazo, a força que de fato impulsiona o aumento da igualdade é a difusão do conhecimento e a disseminação da educação de qualidade.

Forças de convergência, forças de divergência

Ainda que a difusão do conhecimento seja muito potente, sobretudo para promover a convergência entre países, às vezes ela pode ser contrabalançada e dominada por outras forças que operem no sentido contrário — as de divergência, isto é, na direção do aumento da desigualdade. É evidente que a falta de investimento adequado na capacitação da mão de obra pode excluir grupos sociais inteiros, impedindo-os de desfrutar dos benefícios do crescimento econômico, ou até mesmo rebaixá-los em benefício de novos grupos sociais: vejam, por exemplo, a substituição de operários americanos e franceses por operários chineses. Ou seja, a principal força de convergência — a difusão do conhecimento — só é natural e espontânea em parte. Ela também depende muito das políticas de educação e do acesso ao treinamento e à capacitação técnica, e de instituições que os promovam.

Neste livro, procuro dar atenção especial a algumas das forças de divergência mais preocupantes — elas são tão inquietantes porque podem existir mesmo num mundo onde haja um nível de investimento adequado em treinamento e capacitação da mão de obra e onde todas as condições que asseguram a eficiência dos mercados (na definição dos economistas) estejam presentes. Quais são essas forças de divergência? São aquelas que garantem que os indivíduos com os salários mais elevados se separem do restante da população de modo aparentemente intransponível, ainda que por ora esse problema pareça um tanto pontual e localizado. São também, sobretudo, um conjunto de forças de divergência atreladas ao processo de acumulação e concentração de riqueza em um mundo caracterizado por crescimento baixo e alta remuneração do capital. Esse segundo processo é potencialmente mais desestabilizador do que o primeiro, o do distanciamento dos salários, e sem dúvida representa a principal ameaça para a distribuição igualitária da riqueza no longo prazo.

Vamos direto ao ponto: os Gráficos I.1 e I.2 ilustram duas regularidades sobre as quais discorrerei a seguir, uma vez que elas evidenciam a relevância dos dois processos de divergência. Ambos mostram curvas em formato de "U", isto é, momentos de

queda da desigualdade seguidos de aumentos expressivos. Poderíamos supor que as realidades representadas nos dois gráficos se assemelham, mas isso não é verdade. Os fatores que explicam cada gráfico são distintos e envolvem mecanismos econômicos, sociais e políticos bem diferentes. A primeira curva retrata a desigualdade de renda nos Estados Unidos, enquanto as representadas no Gráfico I.2 dizem respeito sobretudo à Europa e poderiam se aplicar também ao Japão. Não é fora de propósito acreditar que essas duas forças de divergência venham a se juntar ao longo do século XXI — na verdade, isso já é, em parte, realidade em alguns países — e ainda se generalizar para o mundo todo. Nesse caso, alcançaríamos níveis de desigualdade jamais vistos, além de nos defrontarmos com uma estrutura de desigualdade inédita. Até o momento, entretanto, essas duas impressionantes evoluções correspondem a dois fenômenos distintos.

A curva representada no Gráfico I.1 mostra a participação do décimo superior da hierarquia de distribuição de renda na renda nacional americana durante o período 1910-2010. Trata-se simplesmente da extensão das séries históricas elaboradas por Kuznets nos anos 1950. Encontramos de fato ali a forte compressão das desigualdades observada por Kuznets entre 1913 e 1948, com uma baixa de quinze pontos na participação do décimo mais alto, que detinha cerca de 45-50% da renda nacional entre 1910 e 1920 antes de cair para 30-35% ao final dos anos 1940. Em seguida, a desigualdade se estabilizou nesse nível de 1950 a 1970. Depois se observa um aumento muito rápido da desigualdade a partir dos anos 1970-1980, até que, quando chegamos aos anos 2000-2010, retornamos ao nível anterior de 45-50% da renda nacional — isto é, voltamos a ver os mais ricos se apropriarem de quase metade da renda do país. A amplitude da reviravolta é impressionante. É natural se perguntar até onde pode ir uma tendência desse tipo.

Essa elevação espetacular da desigualdade reflete, em grande medida, a explosão sem precedentes de rendas muito altas derivadas do trabalho, um verdadeiro abismo entre os rendimentos dos executivos de grandes empresas e o restante da população. Uma explicação possível é que tenha havido um aumento repentino da qualificação e da produtividade desses superexecutivos, em comparação com a de outros assalariados. Outra explicação, que me parece mais plausível e também mais condizente com as evidências, é que os executivos conseguem estabelecer a sua própria remuneração, às vezes sem limite algum ou mesmo sem relação clara com sua produtividade individual, que, de todo modo, é muito difícil de mensurar sobretudo nas grandes corporações. Tal evolução se observa, principalmente, nos Estados Unidos e, em menor grau, no Reino Unido, o que pode ser explicado pela história das normas sociais e fiscais que caracteriza esses dois países durante o século XX. A tendência é menos visível nos outros países ricos (Japão, Alemanha, França e outros da Europa continental),

mas segue na mesma direção. Seria prematuro achar que esse fenômeno pode alcançar em outros países as mesmas proporções a que chegou nos Estados Unidos antes que se tenham submetido todos eles a uma análise completa — o que não é tão simples, levando-se em conta os limites dos dados disponíveis.

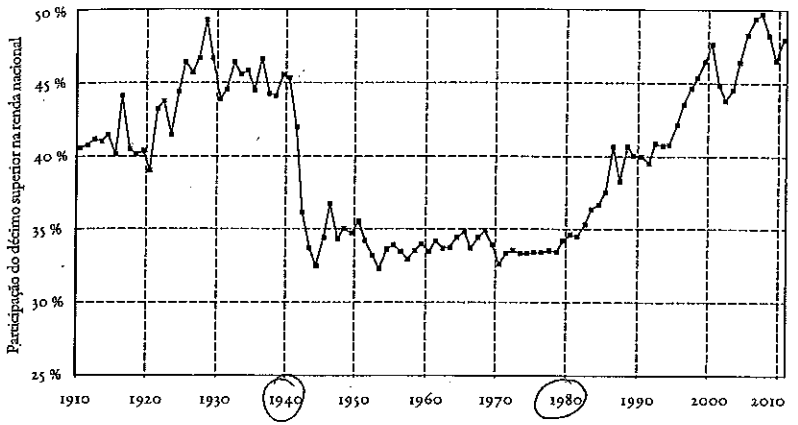

GRÁFICO I.1 A desigualdade da renda nos Estados Unidos, 1910-2010

A participação do décimo superior na renda nacional americana passou de 45-50% nos anos 1910-1920 para menos de 35% nos anos 1950 (trata-se da queda documentada por Kuznets); depois voltou a subir de menos de 35% nos anos 1970 para 45-50% nos anos 2000-2010.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/ocapital.

A força fundamental da divergência: r > g

A segunda regularidade empírica, representada no Gráfico I.2, remete a um mecanismo de divergência que é, de certa forma, mais simples e transparente e sem dúvida exerce uma influência ainda maior na evolução da distribuição da renda no longo prazo. O Gráfico I.2 mostra a evolução da riqueza privada no Reino Unido, na França e na Alemanha (sob a forma de imóveis, ativos financeiros e patrimônio líquido), expressa em anos da renda nacional, para o período dos anos 1870-2010. Reparem, antes de tudo, no nível elevadíssimo da riqueza privada europeia na notável prosperidade alcançada no fim do século XIX e durante a Belle Époque: o valor da riqueza privada corresponde a incríveis seis ou sete anos de renda nacional, o que é algo considerável. Em seguida, constata-se uma forte queda após os choques dos anos 1914-1945: a re-

lação capital/renda cai para apenas dois ou três anos. Depois se observa, a partir dos anos 1950, uma alta contínua tão forte que as fortunas privadas do início do século XXI parecem prestes a se igualar às das vésperas da Primeira Guerra Mundial, chegando a cinco ou seis anos da renda nacional tanto no Reino Unido quanto na França (o nível atingido é menor na Alemanha, uma vez que o ponto de partida é mais baixo; contudo, a tendência é a mesma).

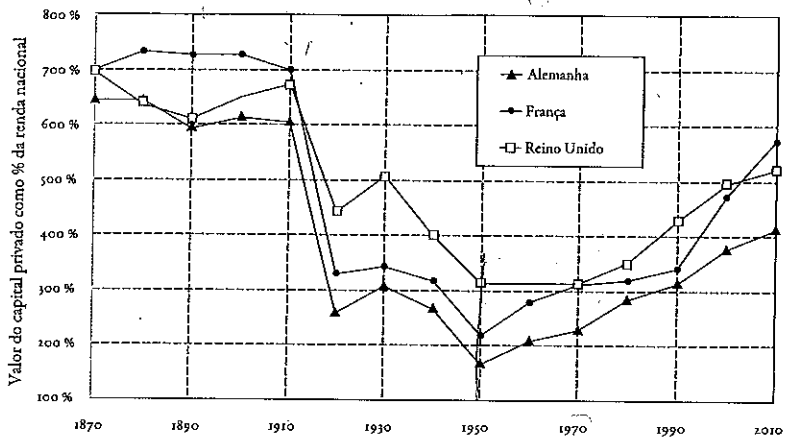

GRÁFICO I.2 A relação capital/renda na Europa, 1870-2010
O total da riqueza privada se situa entre seis e sete anos da renda nacional na Europa em 1910, entre dois e três anos em 1950 e entre quatro e seis anos em 2010.
Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/ocapital.

Essa "curva em U" corresponde a uma transformação absolutamente fundamental, assunto que revisitaremos várias vezes ao longo do livro. O reaparecimento das relações elevadas entre o estoque de capital e o fluxo de renda nacional durante as últimas décadas se explica pela volta de um regime de crescimento relativamente lento. Nas economias que crescem pouco, a riqueza acumulada no passado naturalmente ganha uma importância desproporcional, pois basta um pequeno fluxo de poupança para aumentar o estoque de forma constante e substancial.

Se, além disso, a taxa de retorno do capital permanecer acima da taxa de crescimento por um período prolongado (o que é mais provável quando a taxa de crescimento é baixa, embora isso não seja automático), há um risco muito alto de divergência na distribuição de renda.

Essa desigualdade fundamental, que denotarei como $r > g$, em que r é a taxa de remuneração do capital (isto é, o que rende, em média, o capital durante um ano, sob a forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis e outras rendas do capital, em porcentagem de seu valor) e g representa a taxa de crescimento (isto é, o crescimento anual da renda e da produção), desempenhará um papel essencial neste livro. De certa maneira, ela resume a lógica das minhas conclusões.

Quando a taxa de remuneração do capital excede substancialmente a taxa de crescimento da economia — como ocorreu durante a maior parte do tempo até o século XIX e é provável que volte a ocorrer no século XXI —, então, pela lógica, a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção. Basta então aos herdeiros poupar uma parte limitada da renda de seu capital para que ele cresça mais rápido do que a economia como um todo. Sob essas condições, é quase inevitável que a fortuna herdada supere a riqueza constituída durante uma vida de trabalho e que a concentração do capital atinja níveis muito altos, potencialmente incompatíveis com os valores meritocráticos e os princípios de justiça social que estão na base de nossas sociedades democráticas modernas.

Essa força de divergência fundamental pode, além disso, ser reforçada por outros mecanismos, como, por exemplo, se a taxa de poupança aumentar muito com o nível de riqueza[37] ou, ainda, se a taxa média de retorno do capital for maior quanto mais elevada for a dotação inicial de capital de um indivíduo (como parece ser cada vez mais comum). O caráter imprevisível e arbitrário do retorno do capital, que permite que a riqueza aumente de diversas maneiras, também apresenta um desafio para o ideal meritocrático. Por fim, todos esses efeitos podem ser agravados pelo princípio da escassez ricardiano: as altas cotações do petróleo ou os preços elevados dos imóveis podem contribuir para a divergência estrutural.

Em suma, os processos de acumulação e distribuição da riqueza contêm em si poderosas forças que impulsionam a divergência, ou, ao menos, levam a um nível de desigualdade extremamente elevado. Há, também, forças de convergência, e em alguns países ou em determinados momentos elas podem predominar; contudo, as forças de divergência têm sempre a capacidade de se restabelecer, como parece estar acontecendo no mundo agora, neste início do século XXI. A queda provável no crescimento econômico e no ritmo de expansão da população ao longo das próximas décadas torna essa tendência ainda mais alarmante.

Minhas conclusões são menos apocalípticas do que as que resultam do princípio de acumulação infinita e divergência perpétua articulado por Marx (cuja teoria repousa implicitamente na hipótese de crescimento nulo da produtividade no longo prazo). No esquema proposto, a divergência não é perpétua, mas apenas um dos rumos possíveis para a distribuição da riqueza. Ainda assim, o quadro não é animador. Em

particular, é importante ressaltar que a desigualdade fundamental, $r > g$, a principal força de divergência no meu estudo, não tem relação alguma com qualquer imperfeição do mercado. Ao contrário, quanto mais perfeito (no sentido dos economistas) o mercado de capital, maior a chance de que r supere g. É possível imaginar que instituições e políticas públicas possam contrabalançar os efeitos dessa lógica implacável: por exemplo, a adoção de um imposto progressivo sobre o capital pode atuar sobre a desigualdade $r > g$, alinhando a remuneração do capital e o crescimento econômico. Todavia, sua aplicação iria requerer um esforço brutal de coordenação internacional. Diante disso, infelizmente, é provável que as respostas práticas para os problemas aqui apresentados sejam demasiado modestas e ineficazes, como, por exemplo, sob a forma de respostas nacionalistas de diversas naturezas.

O quadro geográfico e histórico

Quais são as delimitações geográficas e temporais desta investigação? Na medida do possível, tentarei analisar a dinâmica mundial da distribuição da riqueza, tanto dentro de cada país quanto entre países, desde o século XVIII. Na prática, contudo, as várias limitações dos dados disponíveis me obrigarão com frequência a restringir bastante o campo estudado. No que concerne a distribuição da produção e da renda entre os países, tema da Primeira Parte, a abordagem mundial é possível a partir de 1700 (graças, principalmente, às contas nacionais reunidas por Angus Maddison). Quando estudarmos a dinâmica da relação capital/renda e da divisão capital-trabalho, na Segunda Parte, seremos obrigados a nos limitar aos casos dos países ricos e a proceder por extrapolação para analisar os países pobres e emergentes, por falta de dados históricos adequados. Quando examinarmos a evolução da desigualdade de renda e da riqueza, na Terceira Parte, o escopo será, também, fortemente restringido pelas fontes disponíveis. Tentaremos levar em conta o máximo de países pobres e emergentes, graças, sobretudo, aos dados provenientes da WTID, cujo objetivo é cobrir os cinco continentes da forma mais completa possível. É bastante evidente, porém, que as tendências de longo prazo estão mais bem documentadas nos países ricos. Concretamente, este livro se baseia, acima de tudo, na análise da experiência histórica dos principais países desenvolvidos: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

Os casos do Reino Unido e da França são particularmente significativos, pois suas fontes históricas são as mais extensas e completas. Tanto para o Reino Unido quanto para a França, dispomos de diversas estimativas da riqueza nacional e de sua estrutura, o que nos permite remontar ao início do século XVIII. Esses dois países foram, além disso, as duas principais potências coloniais e financeiras do século XIX e do início

do século XX. É, portanto, de extrema importância que as duas experiências sejam estudadas em detalhe para elucidar a evolução da distribuição mundial da riqueza desde a Revolução Industrial. Sua história é indispensável para que possamos investigar o período que com frequência é chamado de "primeira" globalização financeira e comercial, a dos anos 1870 a 1914, época que guarda profundas semelhanças com a "segunda" globalização, em curso desde os anos 1970-1980. Trata-se de um período ao mesmo tempo fascinante e prodigiosamente desigual. São os anos em que se inventam a lâmpada elétrica e as viagens transatlânticas (o *Titanic* partiu em 1912), o cinema e o rádio, o automóvel e os investimentos financeiros internacionais. Vale lembrar que os países ricos tiveram de esperar até o início do século XXI para retomar o nível de capitalização da bolsa de valores — como do Produto Interno Bruto (PIB) ou da renda nacional — que se tinha em Paris e Londres nos anos 1900-1910. Essa comparação é muito elucidativa para a compreensão do mundo de hoje.

Certos leitores sem dúvida se espantarão com a importância que atribuo ao estudo do caso francês e podem vir a suspeitar de que se trata de uma análise com viés nacionalista. Então, devo me justificar. Trata-se, em primeiro lugar, de uma questão de fontes. A Revolução Francesa não criou uma sociedade justa e ideal, mas teve, ao menos, o mérito de permitir que se observasse a estrutura da riqueza com uma notável abundância de detalhes: o sistema de registro da propriedade da terra, dos imóveis e dos ativos financeiros instituído nos anos 1790-1800 é surpreendentemente moderno e abrangente para a época. Isso explica por que os dados de herança franceses parecem ser os mais completos do mundo.

O segundo motivo é que a França, por ser o país que sofreu a transição demográfica mais precocemente, é uma boa referência para se refletir sobre o que o resto do mundo espera. A população francesa aumentou durante os dois últimos séculos, mas num ritmo um tanto lento. A França contava com cerca de trinta milhões de habitantes na época da Revolução Francesa e tem, hoje, pouco mais de sessenta milhões. Trata-se do mesmo país, com uma população cuja ordem de grandeza não mudou. Os Estados Unidos, por outro lado, tinham pouco mais de três milhões de habitantes quando da Declaração de Independência. No início dos anos 2010, sua população alcançou a faixa dos trezentos milhões de indivíduos. É evidente que, quando um país passa de três para trezentos milhões de habitantes (sem falar do aumento radical da escala territorial que sobreveio da expansão para o Oeste no século XIX), não se trata mais do mesmo país.

A dinâmica e a estrutura da desigualdade são muito diferentes em um país onde a população foi multiplicada por cem e em outro onde ela apenas dobrou. Em particular, o peso da herança é bem menor no primeiro caso em comparação com o segundo. Foi o forte crescimento demográfico do Novo Mundo que fez com que o peso das heranças

nos Estados Unidos fosse sempre inferior ao da Europa. Isso explica por que a estrutura da desigualdade americana é tão peculiar, além de elucidar os motivos para que a estratificação social nos Estados Unidos seja igualmente particular. Mas isso significa, também, que o caso americano não é passível de generalizações (é pouco provável, por exemplo, que a população mundial seja multiplicada por cem nos dois próximos séculos), enquanto o caso francês é mais representativo e pertinente para se pensar sobre o futuro. Estou convencido de que a análise detalhada do caso da França e das diferentes trajetórias históricas observadas nos países desenvolvidos — na Europa, no Japão, na América do Norte e na Oceania — tem muito a nos dizer sobre a dinâmica global futura. A observação vale também para os países hoje denominados emergentes, como a China, o Brasil ou a Índia, que, afinal, hão de sofrer tanto os efeitos da desaceleração do crescimento demográfico quanto da redução no ritmo da expansão econômica.

Por fim, o caso da França é interessante porque a Revolução Francesa — revolução "burguesa" por excelência — introduziu precocemente o ideal de igualdade jurídica em relação ao mercado. É interessante avaliar como esse ideal afetou a dinâmica da distribuição da riqueza. Embora a Revolução Inglesa de 1688 tenha dado início ao parlamentarismo moderno, ela conservou uma dinastia real, deixou inalterada a primazia sobre a propriedade da terra para os primogênitos até os anos 1920 e manteve os privilégios políticos da nobreza hereditária até o presente (a reforma da Câmara dos Lordes está em discussão até hoje, o que é, obviamente, um debate longo demais). Por outro lado, a Revolução Americana de 1776 instituiu o princípio republicano, porém deixou a escravidão prosperar durante mais um século, além de garantir a legalidade da discriminação racial durante quase dois séculos. Não é à toa que a questão racial continua a influenciar, até hoje, o debate social nos Estados Unidos. A Revolução Francesa de 1789 foi, de certa maneira, mais ambiciosa: aboliu todos os privilégios legais e tencionou criar uma ordem política e social totalmente fundada na igualdade dos direitos e das oportunidades. O Código Civil garantiu a igualdade absoluta no que diz respeito ao direito de propriedade e permitiu a livre contratação (pelo menos para os homens). No final do século XIX e da Belle Époque, os economistas conservadores franceses — como Paul Leroy-Beaulieu — utilizavam quase sempre esse argumento para explicar por que a França republicana, país de "pequenos proprietários", que se tornou igualitário graças à Revolução Francesa, não tinha necessidade de um imposto progressivo sobre a renda ou sobre as heranças, ao contrário do Reino Unido monárquico e aristocrático. Ora, nossos dados demonstram que a concentração da riqueza era, nessa época, quase tão extrema na França quanto no Reino Unido, o que ilustra claramente que a garantia de direitos iguais nos mercados não é suficiente para conduzir à igualdade dos direitos *tout court*. Mais uma vez, a experiência da França é muito relevante para o mundo de hoje, onde muitos continuam a crer, à imagem de

Leroy-Beaulieu, que basta garantir os direitos de propriedade e a livre operação dos mercados e enaltecer a concorrência "pura e perfeita" para se chegar a uma sociedade justa, próspera e harmoniosa. A tarefa, infelizmente, é mais complexa do que isso.

O quadro teórico e conceitual

Antes de prosseguir, é útil descrever um pouco melhor o quadro teórico e conceitual que fundamenta esta pesquisa, além de traçar o itinerário intelectual que me conduziu a esta obra.

Pertenço a uma geração que fez dezoito anos em 1989, bicentenário da Revolução Francesa e, também, ano da queda do Muro de Berlim. Minha geração é, ainda, a que chegou à idade adulta ouvindo as notícias do desmoronamento das ditaduras comunistas e que jamais sentiu qualquer ternura ou nostalgia por esses regimes ou pela União Soviética. Fui vacinado bem cedo contra os discursos anticapitalistas convencionais e preguiçosos, que parecem às vezes ignorar o fracasso histórico fundamental do comunismo e que se recusam a se render aos argumentos intelectuais que permitiriam deixar a retórica gasta para trás. Não me interessa denunciar a desigualdade ou o capitalismo enquanto tal — sobretudo porque a desigualdade social não é um problema em si, desde que se justifique, desde que seja "fundada na utilidade comum", como proclama o artigo primeiro da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789. (Embora essa definição de justiça social, ainda que sedutora, seja imprecisa, está ancorada na história. Vamos adotá-la por ora; voltarei a esse assunto mais tarde.) O que me interessa é contribuir, pouco importa quão modestamente, para o debate sobre a organização social, as instituições e as políticas públicas que ajudam a promover uma sociedade mais justa. Para mim, isso só tem validade se alcançado no contexto do estado de direito, com regras conhecidas e aplicáveis a todos e que possam ser debatidas de maneira democrática.

Devo dizer que desfrutei do "sonho americano" aos 22 anos, quando fui contratado para lecionar em uma universidade perto de Boston, logo após pôr meu diploma de doutorado no bolso. Essa experiência foi decisiva em mais de um sentido. Era a primeira vez que eu botava os pés nos Estados Unidos, e o reconhecimento precoce da minha pesquisa acadêmica não foi desagradável. Aí estava um país que sabia atrair os imigrantes que desejava reter! Todavia, logo me dei conta de que queria voltar para a França e para a Europa, o que fiz ao completar 25 anos. Desde então não saí mais de Paris, exceto para um punhado de viagens curtas. Um dos motivos mais importantes para a minha escolha tem relação direta com este livro: não fui convencido pelo trabalho dos economistas americanos. É claro que todos eram muito inteligentes e ainda

tenho vários amigos que pertencem a esse universo. Mas havia algo de estranho: eu estava bem ciente de que não sabia nada sobre os problemas econômicos do mundo. Minha tese consistia em alguns teoremas matemáticos relativamente abstratos. E, no entanto, eu era bastante admirado naquele meio. Logo me dei conta de que nenhum trabalho empírico de peso sobre a dinâmica da desigualdade fora realizado desde a época de Kuznets (foi a isso que me dediquei quando voltei para a França) e, ainda assim, continuavam a alinhar resultados puramente teóricos, sem nem mesmo saber quais fatos explicar, e esperavam que eu fizesse o mesmo.

Sejamos francos: a economia jamais abandonou sua paixão infantil pela matemática e pelas especulações puramente teóricas, quase sempre muito ideológicas, deixando de lado a pesquisa histórica e a aproximação com as outras ciências sociais. Com frequência, os economistas estão preocupados, acima de tudo, com pequenos problemas matemáticos que só interessam a eles, o que lhes permite assumir ares de cientificidade e evitar ter de responder às perguntas mais complicadas feitas pelo mundo que os cerca. Ser economista acadêmico na França tem uma grande vantagem: nós não somos tão respeitados nos meios intelectuais e acadêmicos, tampouco pelas elites políticas e financeiras. Isso obriga os economistas a abandonar o desprezo que sentem pelas outras disciplinas e a pretensão absurda a uma legitimidade científica superior, ainda que não saibam quase nada sobre coisa alguma. Está aí, aliás, o charme da disciplina e das ciências sociais em geral: parte-se do início, bem do início, às vezes, o que permite a esperança de fazer progressos importantes. Na França, os economistas são, creio eu, um pouco mais incitados do que nos Estados Unidos a convencer seus colegas historiadores e sociólogos — sem falar no mundo fora da academia — de que aquilo que estão fazendo é de fato interessante (embora nem sempre sejam bem-sucedidos nessa tarefa). Meu sonho quando lecionava em Boston era voltar para a École des Hautes Études en Sciences Sociales, uma instituição cujos expoentes incluem Lucien Febvre, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Pierre Bourdieu, Françoise Héritier, Maurice Godelier e tantos outros. Será que devo confessar isso, arriscando-me a parecer arrogante na minha visão das ciências sociais? Tenho talvez mais admiração por esses estudiosos do que por Robert Solow ou até mesmo por Simon Kuznets — ainda que boa parte das ciências sociais tenha deixado de se interessar pela distribuição da riqueza e pela divisão de classes sociais. Em contrapartida, as questões de renda, salários, preços e fortunas tinham lugar de destaque nos programas de pesquisa de história e de sociologia até os anos 1970-1980. Na verdade, eu adoraria que tanto os especialistas, os cientistas sociais, quanto o público geral encontrassem algo de interessante neste livro, a começar por todos aqueles que dizem "não saber nada de economia", mas que com frequência têm opiniões muito fortes sobre a desigualdade de renda e da riqueza, o que é natural.

Na realidade, a economia jamais deveria ter tentado se separar das outras ciências sociais; não há como avançar sem saber o que se passa nas outras áreas. Coletivamente, o conhecimento das ciências sociais é demasiado pobre para que se perca tempo com picuinhas, pequenas disputas de território sobre quem deve estudar o quê. Para fazer progressos importantes nas questões fundamentais, como a dinâmica histórica da distribuição da riqueza e da estrutura das classes sociais, é preciso proceder com pragmatismo e mobilizar métodos e abordagens de várias disciplinas: dos historiadores, sociólogos e cientistas políticos, bem como dos economistas. É preciso partir de questões de fundo e tentar respondê-las; as querelas de território são secundárias. Por isso, este livro, creio eu, é ao mesmo tempo um livro de história e um tratado de economia.

Como já expliquei, meu trabalho consiste, antes de tudo, em juntar fontes e montar séries históricas sobre a distribuição da renda e da riqueza. Nos capítulos seguintes, às vezes apelo para a teoria, para os modelos e conceitos abstratos, mas tento fazê-lo com parcimônia, isto é, apenas quando a teoria permite uma melhor compreensão das trajetórias observadas. Por exemplo, as noções de renda e de capital, de taxa de crescimento e de taxa de remuneração são conceitos abstratos, construções teóricas, e não certezas matemáticas. Contudo, pretendo mostrar que os conceitos permitem analisar a realidade histórica de formas interessantes, contanto que permaneçamos críticos e cientes de que há limites na nossa capacidade de medir com precisão essas variáveis — aproximativas por natureza. Utilizarei também algumas equações, como $\alpha = r \times \beta$ (que significa que a participação do capital na renda nacional é igual ao produto do retorno do capital, r, e da razão capital/renda, β), ou ainda a lei $\beta = s/g$ (que significa que a razão capital/renda é, no longo prazo, igual à taxa de poupança, s, dividida pela taxa de crescimento da economia, g). Peço ao leitor pouco afeito à matemática que não feche imediatamente o livro: essas são equações elementares, que podem ser explicadas de maneira simples e intuitiva e cuja boa compreensão não necessita qualquer bagagem técnica específica. Sobretudo, tentarei mostrar que essa estrutura teórica mínima é suficiente para elaborar uma narrativa clara daquilo que todos reconhecerão como importantes desdobramentos históricos.

Estrutura do livro

O restante deste livro é composto de quatro partes e dezesseis capítulos. A Primeira Parte, intitulada "Renda e capital", constituída de dois capítulos, introduz as noções fundamentais que serão muito utilizadas ao longo da obra. Em particular, o Capítulo 1 apresenta os conceitos de renda nacional, capital e relação capital/renda para em seguida descrever a evolução da distribuição mundial da renda e da produção.

O Capítulo 2 analisa mais precisamente a evolução da taxa de crescimento da população e da produção desde a Revolução Industrial. Nenhum fato novo é apresentado nessa Primeira Parte, e o leitor familiarizado com essas noções e com a história geral do crescimento econômico mundial desde o século XVIII pode escolher passar direto para a parte seguinte.

A Segunda Parte, intitulada "A dinâmica da relação capital/renda", é formada por quatro capítulos. Seu objetivo é analisar o modo como se apresenta neste início de século XXI a questão da evolução no longo prazo da relação capital/renda e da distribuição global da renda nacional entre rendas do trabalho e do capital. O Capítulo 3 apresenta as metamorfoses do capital desde o século XVIII, a começar pelo caso do Reino Unido e da França, para os quais possuímos as séries de dados mais extensas. O Capítulo 4 introduz o caso da Alemanha e dos Estados Unidos. Os Capítulos 5 e 6 estendem geograficamente essas análises para o mundo todo, quando as fontes permitem, e, sobretudo, tenta tirar lições dessas experiências históricas para a evolução da relação capital/renda e da participação relativa do capital e do trabalho na renda nacional ao longo das próximas décadas.

A Terceira Parte, intitulada "A estrutura da desigualdade", é composta de seis capítulos. O Capítulo 7 começa por familiarizar o leitor com as ordens de grandeza da desigualdade alcançadas quando se consideram a distribuição da renda do trabalho, de um lado, e a propriedade do capital e a renda que dela decorre, de outro. Em seguida, o Capítulo 8 analisa a dinâmica histórica da desigualdade, a começar por contrastar os casos da França e dos Estados Unidos. Os Capítulos 9 e 10 estendem essas análises para o conjunto dos países dos quais dispomos de dados históricos (na base de dados WTID), examinando, em separado, a desigualdade relacionada ao trabalho e ao capital. O Capítulo 11 estuda a evolução da importância da herança no longo prazo. Finalmente, o Capítulo 12 analisa as perspectivas para a distribuição global da riqueza ao longo das primeiras décadas do século XXI.

Por fim, a Quarta Parte, intitulada "Regulação do capital no século XXI", é composta de quatro capítulos. O objetivo é extrair recomendações para as políticas públicas e lições normativas das partes precedentes, cujo propósito é estabelecer os fatos e compreender as razões para as mudanças observadas. O Capítulo 13 tenta traçar os contornos do que poderia ser um Estado social adaptado ao século que se inicia. O Capítulo 14 propõe repensar o imposto progressivo sobre a renda à luz das experiências passadas e das tendências recentes. O Capítulo 15 descreve como seria um imposto progressivo sobre o capital adaptado ao capitalismo patrimonial do século XXI e compara essa ferramenta idealizada com os outros tipos de regulação que podem surgir dos processos políticos, abrangendo do imposto europeu sobre a fortuna ao controle dos capitais ao estilo chinês, passando pela imigração à moda americana

ou ainda pelo retorno generalizado do protecionismo. O Capítulo 16 trata da questão premente da dívida pública e do tema relacionado da acumulação ótima do capital público, em um contexto de degradação possível do capital natural.

Uma última palavra: teria sido uma enorme presunção publicar, em 1913, um livro intitulado *O capital no século XX*. Que o leitor me perdoe, então, por publicar, em 2013, um livro intitulado *O capital no século XXI*. Estou bem consciente da minha incapacidade de antever a forma que tomará o capital em 2063 ou em 2113. Como já salientei, a história da renda e da riqueza é sempre profundamente política, caótica e imprevisível. O modo como ela se desenrolará depende de como as diferentes sociedades encaram a desigualdade e que tipo de instituições e políticas públicas essas sociedades decidem adotar para remodelá-la e transformá-la. Ninguém pode saber como isso tudo há de evoluir nas próximas décadas. As lições do passado são, ainda assim, muito úteis, uma vez que nos ajudam a enxergar com mais clareza as escolhas com as quais talvez nos confrontemos no próximo século e o tipo de dinâmica que prevalecerá. Portanto, o objetivo único deste livro, que, pela lógica, deveria se intitular *O capital na alvorada do século XXI*, é extrair das experiências dos séculos passados algumas modestas pistas sobre o futuro, sem ilusão excessiva em relação à sua utilidade real, pois a história sempre inventa seus próprios caminhos.